

Ciência da Informação e oportunidade de diálogo intertemático: onde nem tudo é relativo e nem (absolutamente) racional

■ Lígia Maria Moreira Dumond

■ Pedro Paulo Costallat Bruno

Economista, mestrando em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da UFMG. E-mail: bruno60@terra.com.br

Reflexão a respeito da oportunidade de diálogo entre a ciência da informação e outras áreas do conhecimento na contemporaneidade. A ciência da informação, campo de conhecimento em formação cujas características de transição, revolucionárias ou não, sugerem a perspectiva complementar de encaminhar e responder questões que suscitam sua intervenção, compartilha objetos de estudo com outras disciplinas e emerge em condições potenciais favoráveis de promoção desse diálogo.

Palavras-chave: Ciência da informação - Epistemologia; Ciência da informação - Transdisciplinaridade.

Recebido em: 21.10.2002 Aceito em: 24.02.2003

Introdução

O termo disjunção é de grande interesse para a reflexão proposta. Não exatamente no sentido conferido pelo dicionário, separação, mas no significado dado pelo contexto científico, no qual a geração e a transferência de conhecimento são constantes. Nele, esse e muitos outros termos assumem diferentes significados, o que é plenamente compreensível, devido aos discursos próprios das muitas disciplinas existentes nesse meio. Aqui, a significação do termo é encontrada na seguinte frase: “*O parcelamento e a compartimentação dos saberes*” que “*impedem apreender ‘o que está tecido junto’*” ou o complexo (Morin, 2001)¹.

A disjunção, simplificação na construção do conhecimento, confunde-se com o princípio de redução, utilizada com a válida intenção de ampliar o conhecimento existente. Ela é hábil em operar cortes e recortes, podendo, contudo, mas não sempre, resultar na descaracterização do que se encontra sob análise. Não seria de todo impróprio admitir que, em alguns casos, certos atributos e relações importantes de um objeto em estudo podem se alterar, indo ao ponto extremo de perder especificidades que constituíam a própria razão maior do empreendimento intelectual. É claro que a prática do recorte é legítima, mas é preciso fazer uma cuidadosa crítica prévia a respeito de sua pertinência, considerando inicialmente sua finalidade, a natureza do objeto de estudo e a própria disciplina que oferece os fundamentos teóricos e instrumentais. Porém, dados alguns obstáculos epistemológicos² e outras possíveis limitações, isso nem sempre se verifica.

Outro aspecto de relevo refere-se ao método³ que se segue para produzir conhecimento. Muitas vezes, apenas seu emprego correto faz seu operador crer, naturalmente após sua intervenção, ter compreendido o fenômeno estudado. É o caso dos meios justificarem os fins. Aliás, “*O problema dos fins é, na maioria das vezes, inteiramente subordinado à questão dos meios. Em outros termos, o como sobrepõe-se facilmente sobre o porquê e o para quem*” (Chanlat, 2000, p. 76). Essa ilusão⁴ é ainda maior quando o contexto e a unidade de análise mantêm ricas relações de reciprocidade. O resultado é uma baixa probabilidade de entender o que se estuda e porque se estuda.

O artigo objetiva explorar características do campo de conhecimento da ciência da informação, no tocante ao seu desenvolvimento epistemológico. Por encontrar-se ainda em formação e compartilhar objetos de estudo de outras disciplinas é possível que esse aspecto, já apressadamente interpretado como adverso, possa constituir-se, pelo contrário, num atributo importante para o desempenho da tarefa de ampliar o espaço do diálogo entre os diversos corpos do saber e consolidar seu aporte teórico.

Disjunção versus conjunção

A adoção da simplificação nas análises científicas, pressupondo aí o estancamento das relações reflexivas do objeto e seu meio, pode apresentar resultados questionáveis sob o ponto de vista social, tão maiores quanto mais importantes e/ou numerosas forem as variáveis sociológicas⁵ existentes entre o meio e a unidade que se deseja estudar com o devido zelo científico. As particularidades relacionais é que permitem, por exemplo, reduzir a reconhecida ambigüidade encerrada no termo informação. Para tanto, é necessário distingui-la de outros fenômenos, vinculá-la a um contexto, conhecer sua necessidade, busca e uso, como é próprio da ciência da informação que

¹ Para Morin, “o recorte das disciplinas impossibilita apreender ‘o que está tecido junto’, ou seja, segundo o sentido original do termo, o complexo”. (...) “O princípio de redução leva naturalmente a restringir o complexo ao simples” (p. 41 e 42).

² “O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é ‘o que se poderia achar’ mas é sempre o que se deveria ter pensado” (Bachelard, 1996, p. 17).

³ “Método vem do grego meta (para) mais odos (caminho). O sentido original do termo, portanto, é o de um certo caminho para se chegar a um fim”. (...) “é o sentido que se dá às diversas ações encadeadas, cuidando para que as mesmas conduzam ao fim desejado” (Rosa, 1994, p. 47).

⁴ Segundo Morin (2001), “Todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão” (p. 19).

⁵ Abordando a diferença entre previsão e predição, Bell (1977) afirma que a prefiguração social difere das outras quanto ao escopo e às técnicas. A diferença mais importante está no fato de que as variáveis sociológicas são, em geral, as variáveis independentes ou exógenas que afetam o comportamento das outras variáveis.

“se preocupa com os princípios da produção, organização, e distribuição da informação, bem como com o estudo da informação desde sua geração até sua utilização, e a sua transmissão em uma variedade de formas através de uma variedade de canais”⁶.

Do contrário, é vão o esforço no sentido de extrair uma significação apropriada da palavra informação. Inclusive porque, dependendo do contexto e da preocupação predominante, esse termo assume significados que, num contínuo, ora se aproximam de *dado* (concepção física, objeto), ora de *conhecimento* (concepção humana e social, processo). A qualificação do termo informação é ainda mais necessária se, de fato, o aspecto humano for priorizado, ou seja, se ao usuário da informação for dispensada a atenção merecida. O que nem sempre ocorre, na medida em que ainda é observada dissociação entre o discurso e as ênfases de fato adotadas, ao se verificar, por exemplo, o desenvolvimento teórico da concepção de informar e do processo utilizado por autores e profissionais da informação. A ênfase pode restringir-se ao sobre como informar e sobrepor-se, assim, aos aspectos sociais mais relevantes de a quem e porque informar.

Nesse sentido, é preciso destacar que o ato de seccionar relações sociais construídas, mediante recortes, sugere uma tentativa de transformar a realidade numa espécie de laboratório. O sistema social no qual essas relações se dão é, naturalmente, aberto, complexo, e dificilmente suas variáveis serão manipuladas e controladas sem quaisquer danos para a interpretação do comportamento das mesmas ou para a compreensão do próprio sistema do qual fazem parte. Num sistema fechado do tipo laboratório, contrariamente, as variáveis presentes podem ser exaustivamente controladas e testadas repetidas vezes sem que o seu entendimento seja comprometido. Muito pelo contrário, o exercício desse controle sobre as variáveis de um sistema físico testado em laboratório é o que facilita sua explicação. Essas variáveis primam pela regularidade e, por isso mesmo, permitem que seus comportamentos sejam previstos com elevado grau de acerto. Já as experiências do comportamento humano, ainda que cuidadosamente controladas ou bem simuladas, nem sempre expressam correspondência com o comportamento verificado no mundo exterior. O exemplo a seguir demonstra isso.

“Um casal de chineses e um caucasiano viajaram através dos Estados Unidos, parando, à procura de acomodações, em hotéis e motéis cuja categoria constituía uma amostra representativa desse tipo de estabelecimento. Dos 251 visitados, somente um recusou-se a aceitá-los. Seis meses mais tarde foram enviados a esses estabelecimentos, bem como a outros na área, questionários em que se perguntava se dariam hospedagem a um casal chinês. Noventa e um por cento responderam que não” (Perrow, 1972, p. 46).

Contemporaneidade complexa, complementaridade viável

Não é o caso, porém, de condenar a disjunção, ela tem o seu lugar. Mas é o caso de questionar sua adoção, sobretudo se o campo de estudo ou, mais especificamente, o tema estudado sofre fortes interferências das variáveis de cunho social. Principalmente, onde não se verifica uma correspondência direta e linear entre a atitude anunciada e o comportamento assumido e observado, em

⁶ Definição do objeto de preocupação da ciência da informação do *Institute of Information Scientists* de Londres, Inglaterra, encontrada em Barreto (1997).

virtude das variâncias ambientais a que estão sujeitos os indivíduos nas suas relações cotidianas, durante as quais as informações ocupam papel importante.

Outra razão para o questionamento decorre da própria contemporaneidade em que racionalidade, ordem (estabilidade), linearidade, simetria, recorte... em síntese, em que a insistência em se manter a disjunção entre o cientificismo (mundo da objetividade) e a filosofia (mundo da subjetividade) é questionada ou desafiada. E é interessante que assim seja porque, quanto mais tempo e reflexão a respeito da forma de gerar e transferir conhecimento para o homem vir a ocupar a agenda da comunidade científica, melhor para a sociedade. O que espelha uma verdadeira preocupação com as questões sociais que devem orientar os profissionais da informação comprometidos com os usuários da informação no seu conjunto: a sociedade.

O desafio para o pensamento linear vem de uma perspectiva que emerge nos últimos vinte anos, momento a partir do qual mudanças na teoria e na prática científicas ocorrem.⁷ É conferida maior importância científica à relatividade, ao caos, à desordem, à assimetria, enfim, à conjunção e não à disjunção entre instâncias então excludentes, mas agora passíveis de serem percebidas como sendo complementares. Assim, na contemporaneidade, a complementaridade ganha relevância. Notadamente porque a compreensão (perspectiva subjetiva) e a explicação (perspectiva objetiva) aparecem, hoje, em numerosos trabalhos contemporâneos, como complementares, integrando-se (Chanlat, 2000). Estaria, então, somente agora, a perspectiva complementar indo ao encontro dos propósitos defendidos por Max Weber, no início do século XX:

"A compreensão de uma relação exige sempre ser controlada, tanto quanto possível, pelos outros métodos ordinários da imputação causal antes mesmo que uma interpretação por mais evidente que seja, não se transforme em uma explicação compreensível validada" (Kaesler, 1996, p. 205. In: Chanlat, 2000, p. 26).

Tendo em vista este momento no qual enorme quantidade de dados transita a custo relativamente menor do que no passado e o acesso é facilitado, de modo imaginável, mas impraticável⁸ em passado recente, não parece se tratar de ingenuidade admitir (não apenas imaginar) que este é um período propício à demolição de barreiras de toda ordem, então, consideradas intransponíveis (um exemplo concreto é o muro de Berlim derrubado em 1989), como também de divisões convencionadas pelo homem, inclusive as geradas pelo saber fragmentado. Em contraposição a uma desejada conjunção sustentada pelo diálogo das disciplinas a ser possivelmente promovido pela ciência da informação.

Competição, no sentido de oportunidades emergentes

Cabe demonstrar se a simplificação, que abstrai complexidades, é plausível, agora, tanto como foi nos tempos em que o paradigma cartesiano e seus defensores não possuíam sérios concorrentes. Nesse sentido, aquele ambiente era, de fato, não competitivo. Inexistiam competidores ou não havia acesso às informações sobre eles e a respeito da relevância do que faziam. Ou, melhor, prevalecia o entendimento de que aquele paradigma se apresentava enganosamente como sem concorrentes. Até que, em *"A estrutura*

⁷ *"A expressão 'novos paradigmas' constitui uma maneira sintética e conveniente de aludir as mudanças pelas quais passaram a teoria e a prática científicas"* (Schnitman; Littlejohn, 1999). Esses autores argumentam que a noção de paradigma remete ao nome de Thomas Khun (1970), como a idéia de "novos paradigmas" remete, entre outros, a Ilya Prigogine (1994; Prigogine e Stengers, 1979) e a seus trabalhos sobre auto-organização, caos e irreversibilidade temporal, a Edgar Morin (1977, 1985, 1987, 1991, 1994a) e à noção de complexidade, à ênfase na construção social das ciências, bem como à inclusão do observador proposta pelo construtivismo de Heinz von Foerster (1984, 1994) e pelo construcionismo social de Evelyn Fox Keller (1994) em ciência, Kenneth J. Gergen (1994) em psicologia e W. Barnett Pearce (1989) em comunicação, à construção de mundos possíveis que propõe Jerome Bruner (1988, 1990), ou à virtualidade daquilo que não existe ainda, mas pode ser criado, como sugere o paradigma estético na obra de Guattari (1989, 1994; Deleuze e Guattari, 1980)".

⁸ Nos anos 1960, imaginou-se maior facilidade de acesso a dados e de tratamento de informação possibilitada pela tecnologia a ser desenvolvida no futuro. Obviamente, a tecnologia imaginada não se encontrava disponível naquela ocasião como agora e o acesso aos dados, de um modo geral, sobretudo durante o regime militar, era negado. Por isso, o termo impraticável. A propósito, a tecnologia da informação que prolifera hoje faz Castells (2000) sustentar que o modo de desenvolvimento alterou-se no século XX, passando do industrialismo para o informacionalismo.

das revoluções científicas”⁹, Khun (2000, p. 27) convence a muitos, por intermédio de seus fortes argumentos, que, mesmo na ciência, as escolas competem para fazer valer sua concepção de natureza: “A competição entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta de rejeição de uma teoria ou na adoção de outra”. Em outros termos, é a história sendo feita por teorias. Mas, desde que estas teorias sejam validadas pela escola que prepondera sobre as demais que tentam fazer valer suas teorias. Como se o conflito fosse sempre irremediavelmente antagônico, quando, muitas vezes, o diálogo pode provar que não e estabelecer alguma complementaridade.

O paradigma que emerge da contemporaneidade, em termos gerais, sugere características próximas das seguintes: Conhecimento local; Conhecimento como construção; Conhecimento além das evidências empíricas; Ciência como construtora de processos sociais; Cultura como construída por processos sociais; Texto científico transdisciplinar (intertemático); Metodologia plural de natureza complementar; Incentivo à migração de conceitos e teorias.¹⁰

Se alguma perspectiva emerge num ambiente de competição, é porque outras submergem ou perdem a relevância de então. Mas, o certo mesmo é que épocas de transição fazem proliferar desafios e estimulam críticas. Uma das críticas é exatamente a que se refere à prática do recorte como método para entender a realidade social construída, que é naturalmente complexa, ao invés de se promover a “*inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global*” (Morin, 2001, p. 39). De acordo com este autor, o conhecimento fragmentado das disciplinas impede o vínculo entre as partes e a totalidade. Por isso, defende um modo de conhecimento promovido pela educação que seja capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. Como a ciência da informação pode fazer ao comprometer seus profissionais com o usuário e seu respectivo contexto.

Cabe, a seguir, refletir a respeito da contribuição que a ciência da informação, área do conhecimento tipicamente interdisciplinar, pode oferecer.

Ciência da informação: conhecimento particularizado ou compartilhado? Mas... qual é mesmo a contribuição e para quem se destina?

Sendo admissível pressupor que o racionalismo normalmente preceitua o recorte (isolamento dos elos relacionais) e que o relativismo¹¹ seja menos afeito a isso e mais propenso à manutenção da reciprocidade, à conjunção, pergunta-se: qual seria a orientação recomendada para o espírito científico em formação desenvolver suas pesquisas, tendo por fundamento a ciência da informação¹²?

A resposta, obviamente, vai depender de muitos aspectos, entre eles, alguns a serem examinados adiante. Mas, de qualquer modo, é preciso advertir o espírito científico em formação para acautelar-se diante do interesse e, porque não dizer, da simplificação que as ciências, de um modo geral, e as experimentais, em particular, despertam. A tese é de Bachelard (1996, p. 36):

“o fato de oferecer uma satisfação imediata à curiosidade, de multiplicar as ocasiões de curiosidade, em vez de benefício pode ser um obstáculo para a cultura científica. Substitui-se o conhecimento pela admiração, as idéias pelas imagens”.

⁹ Primeira edição em inglês: 1962. Edição utilizada: quinta, em português, 2000.

¹⁰ Características extraídas, com modificações, de Silva (1999) e de Schnitman (1996).

¹¹ O relativismo é característico da sociologia contemporânea. Nasce no início dos anos 70, num momento em que era bastante criticado o compromisso dos cientistas com o complexo industrial-militar, isto é, o uso militar da ciência. Atualmente em questão está seu uso social (Japiassu, 2001, p. 231).

¹² Dias (2000) identifica campo de conhecimento designado ciência da informação, no qual atuam profissionais, docentes e pesquisadores que se intitulam bibliotecários, cientistas da informação, documentalistas, arquivistas, indexadores, isto é, *profissionais da informação*. O termo ciência da informação já era usado na Inglaterra em 1958 e o CNPq assume, atualmente, a seguinte conceituação desse campo do conhecimento: “*Ciência da Informação designa o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo de fenômenos ligados à produção, organização e difusão e utilização de informações em todos os campos do saber*” (Oliveira, 1998, p. 25).

No que tange a uma ciência em formação, como é o caso da ciência da informação, para se conhecer as idiosincrasias de seu objeto haverá que se estudar as características potencialmente reveladoras encontradas nas pesquisas desenvolvidas até o momento por seus pós-graduados, e validadas pelos seus pares.

No caso de ser notada uma ênfase da premissa racionalista, a receita mais indicada será, então, a que segue e se baseia nos princípios encerrados no termo disjunção e na prática simplificadora da realidade. Do contrário, o que é mais provável, adotar-se-ia a definição da ciência da informação desenvolvida pelo CNPq (ver nota 12). Definição que inclui o termo interdisciplinar e sugere a prática da conjunção (preservação dos elos relacionais do objeto). Feito isso e identificados os temas de maior interesse, a prática prevalecente da conjunção poderia ser, além de confirmada como apropriada, senão típica, dessa ciência.

Apesar dos esforços de se identificar seu objeto, supõe-se grande a possibilidade da ciência da informação vir a ganhar definitivamente perfil de ciência, cujo objeto de estudo seja, de fato, compartilhado com outras disciplinas. Restaria, ainda, o argumento de que não se trata de ciência por inexistência de um objeto particular. Porém, entende-se que a falta de um objeto particular é uma condição positiva e distintiva capaz de conferir-lhe não apenas a legitimidade de constituir-se num paradigma definitivamente científico, além de emergente, mas também enorme potencial a ser explorado, de modo a superar barreiras ao conhecimento do social derivadas do fragmento do saber e, desse modo, contribuir efetivamente para enfrentar a complexidade contemporânea.

É importante observar que a indefinição do método de pesquisa, devido a inexistência de um objeto próprio, pode estar comprimindo o potencial contributivo desse campo do saber. Ou, contrariamente, é essa situação ambígua que lhe pode estar oferecendo maior capacidade de contribuir para o conhecimento a ser apropriado pela sociedade. Desse modo, os defensores de uma identidade de natureza complementar (híbrida)¹³ teriam maior apelo argumentativo para correr em defesa do *status* atual da ciência da informação como ciência, isto é, de uma ciência que tem como atributo compartilhar objetos de pesquisa com outras ciências, amplificando o espaço do diálogo e, por conseguinte, a expansão do conhecimento que aglutina saberes ao invés de isolá-los.

O que parece impróprio é apontar, ainda mais *aprioristicamente*, qual das práticas possui maior poder contributivo. Mais uma vez, depender-se-ia do contexto. Por isso, ao invés de uma perspectiva dicotômica, uma outra múltipla que as conjugue em função da necessidade que se apresenta, conforme o modelo do tipo complementar mencionado, é a que se defende. Isto é, a aglutinação dos saberes. Essa condição não apenas pode potencializar a capacidade das pessoas focalizarem melhor as questões que as afligem, como também pode torná-las melhor instrumentalizadas para solucionar os problemas que essas questões fazem emergir, muitas vezes inesperadamente.

Informação, diálogo e intertematicidade como meios para se alcançar fins

Diante do exposto, e com vistas a prospectar indícios da prática que mais se coaduna com o campo da ciência da informação, aborda-se a questão mais ampla da racionalidade e da relatividade. Durante esse exercício emerge uma oportunidade simultânea de também colher indícios a respeito da feição que pode assumir o objeto dessa ciência. Como afirma Wersig (1993), seu *“campo de estudo é objeto de muitas disciplinas fragmentadas”*. E os objetos desse campo de estudo *“foram apreendidos por outras disciplinas”*.

¹³ Para Chanlat (2000, p. 65), os híbridos *“são criadores que vêm de forma diferente e inovam na periferia, nunca no centro, este último estando sempre ocupado pelos guardiões da ortodoxia”*.

São exatamente esses aspectos da ciência da informação que lhe oferecem facilidade para transitar entre os demais campos disciplinares, promover a junção dos fragmentos e, portanto, formar uma concepção mais inteira das questões; sobretudo das mais complexas. Seu papel de contribuir efetivamente para a construção do saber estaria, desse modo, sendo cumprido. Essa condição, provavelmente, resulta do fato de encontrar-se em formação, livre de vícios e seu campo de estudo ser favoravelmente compartilhado com muitas outras disciplinas. A seus praticantes, de uma forma ou de outra, é conferida alguma legitimidade para atuar na busca, análise e uso de informações referentes a distintas áreas do conhecimento. Em especial, no caso do estudo requerer destacada interdisciplinaridade que acaba por exigir a reunião de indivíduos com diferentes formações intelectuais. De modo tal que o diálogo entre os saberes se torna inevitável e a transcendência sobre as barreiras convencionalmente estabelecidas pelo homem imprescindível.

As conseqüências presumivelmente adversas da imposição de métodos próprios de outras disciplinas à ciência da informação são pequenas se comparadas às vantagens que isso pode representar. Pois, em certas circunstâncias de pesquisa, o alcance limitado de um dado método pode ser complementado com um outro, de outra disciplina, ao qual a ciência da informação poderá recorrer para dar prosseguimento ao estudo. Sem solução de continuidade, tampouco perda de consistência científica.

Em síntese, a busca de seu objeto de estudo - objeto este que pode ser, *a priori*, encontrado em qualquer ponto espacial localizado no mapa das disciplinas - e a possibilidade existente de promover o diálogo entre os corpos do saber é que parece dotar a ciência da informação de uma boa condição de promover e praticar a intertematicidade¹⁴. Pois, *“em nossos dias, estamos de fato unidos com mais freqüência pelo objeto que se estuda, o questionamento que é colocado, do que pela disciplina stricto sensu”* (Chanlat, 2000, p. 66). O autor acredita que a antropologia possa desenvolver o papel de superar *“o espírito disciplinário”* que *“oculta outros aspectos da realidade, arrastando por essa via os vícios intelectuais bem conhecidos que são o reducionismo e o imperialismo que reduzem todo o esforço de compreensão verdadeiro”* (p. 64). A idéia sugere alguma inclinação contemporânea para a abertura de fronteiras e o trânsito mais livre de conceitos entre as disciplinas.

Diante de todos os argumentos expostos, fica aqui manifesta uma posição pró-relatividade. Mas não inteiramente. A justificativa é que não se pode negar, tampouco romper, relações impostas à própria condição social do indivíduo que realiza seu trabalho, pois tal condição resulta de uma construção particular e relativa a um sujeito, que é fruto de uma história particular e de um convívio local, com algum grau de inexorabilidade, que a razão, mais especificamente a racionalidade, poderá explicar e a relatividade nem tanto.

Mas, a questão de relevo não é notar a presença de uma tendência ou outra, mas sim testar a consistência de alguma das tendências, manifestas ou não. De qualquer forma, a tendência revelada traduz-se na idéia de que a fundamentação teórica da disciplina ciência da informação tem forte caráter social. Porém, a tentativa de demonstrá-lo, que certamente já foi competentemente realizada por tantos outros, encontra-se longe de esgotar-se. Sendo como for, parece que um breve estudo do racionalismo e do relativismo contribui para esse intento.

¹⁴ Prática mediante a qual se socializa a informação, isto é, *“uma especialidade de contornos bastante difusos, denominada Socialização da Informação (SI), que ao reunir as linhas de pesquisa de ambas [produção e tratamento de informação], o faz tendo como pano de fundo novas teorias do paradigma emergente”*. Segundo ainda Christovão e Braga (1997), essa especialidade emergente *“dá relevância à intertematicidade, por considerá-la com maior poder de alcance em relação à dinâmica e flexibilidade dos processos informacionais do que a interdisciplinaridade”*.

Racionalismo e relativismo: uma síntese para enxergar caminhos e alternativas

“O homem é a medida de todas as coisas”, “a cada um a sua verdade”.¹⁵ Enquanto os relativistas apoiariam esses dizeres, os racionalistas os condenariam. Uma proposição relativista mais séria é a seguinte: “a verdade de nossas idéias ou de nossos valores é relativa a um lugar, a um tempo e a um sujeito” (Japiassu, 2001).

Tratando da questão da verdade, que remete à filosofia (diferença entre o domínio da opinião e o da episteme a ser atingida), existem diferentes pontos de vista. Os mais extremos são os dos céticos, de um lado, e os dos dogmáticos, de outro. Os primeiros negam e os segundos admitem a possibilidade de se atingir a verdade. Para os pragmatistas, o único critério de verdade é o da ação (pragma). Na ordem do conhecimento, para estes últimos, “o verdadeiro é uma idéia que tem êxito, aquilo que se verifica; a verdade é um valor vital como a riqueza, a força ou a saúde” (p. 135). Nesse sentido, ainda com base em Japiassu, “o pragmatismo define a verdade como um meio relativamente aos fins da ação, só sendo verdadeiro o pensamento capaz de determinar ações que tenham êxito” (p. 136). Entre essas percepções existem outras, inclusive a dos que entendem que a verdade ou é universal ou é relativa a um dado olhar e contexto. Esses dois pontos de vista podem trazer contribuições para a reflexão aqui proposta:

“A verdade é una e universal; existe independentemente dos seres humanos e rejeita o princípio da relatividade histórica das crenças racionalmente justificadas. Platão é o eminente representante dessa posição filosófica. Posteriormente, destacam-se Descartes, Espinoza e Leibniz” (p. 128). “Não há verdade universal; a verdade é relativa a cada um ou ao grupo social ao qual pertence; contrariamente ao anti-realismo, crê que a razão humana não é a mesma em toda parte, pois é modelada pela cultura e pela sociedade. Os principais representantes contemporâneos dessa corrente são Richard Rorty, Thomas Khun, Paul Feyerabend e Michel Foucault” (p. 129).

Para os racionalistas (racionalismo absoluto), a razão universal impõe-se como condição necessária e suficiente de todo conhecimento. “Tudo o que existe possui sua razão (objetiva) de ser que a razão (subjetiva) pode compreender. O universo é regido pela Razão: são as mesmas as leis do pensamento racional e as da natureza” (Japiassu, 2001, p. 55-56).

O racionalismo privilegia o ponto de vista do observador. Nesse sentido, é uma forma de reducionismo. Essa perspectiva vale para todas as demais ciências, sua referência datada e localizada é considerada válida para todo o universo. Então, a respeito do racionalismo pode-se dizer que não é o caso de admitir que todo ponto de vista seja tão bom quanto um outro. Do relativismo, que não é o caso de admitir que todas as crenças são plausíveis. Sendo assim, há que se dar oportunidade para a atividade do pensamento rico na capacidade de interrogar, de criticar e de verificar, tanto o consenso que se impõe no racionalismo quanto a idéia cética encerrada nas expressões “tudo é bom”, “todas as crenças são plausíveis”, tão próximas dos relativistas.

Se “as verdades científicas são verdades com responsabilidade limitada”, se a “refutabilidade é uma espécie de contrato social” e que, por isso mesmo, “a prova possui uma dimensão essencialmente social” é o caso sim de admitir que “verificar não significa tornar verdadeiro, mas tornar partilhável, socializar” (Japiassu, 2001, p. 164). Desse modo, ao invés de se negar qualquer critério de racionalidade e de relatividade, a saída parece ser aceitar tanto alguns dos

¹⁵ A primeira frase é atribuída a Protágoras, a segunda é um ditado popular.

critérios de racionalidade como, também, alguns de relatividade. Evidentemente, após haver uma identificação do objeto de estudo, que é passível de suscitar a ênfase de um critério ou de outro.

Dadas essas posições antagônicas extremas, e sendo as críticas cabidas, emerge a possibilidade de um *universalismo relativista*. Em sua defesa Japiassu recorre ao exemplo da teoria de Einstein. Pois, em síntese, ela estabelece que a possibilidade de sintetizar e acumular as informações precisa levar em conta o conjunto das informações transmitidas pelo conjunto dos informadores, considerando, assim, os pontos de vista dos diversos observadores e as suas referências espaço-tempo cultural, que também são diferentes. O autor nota que a teoria de Einstein não é relativista, “*pois faz da velocidade da luz uma constante universal*”. E prossegue:

“Seu objetivo explícito: congrega todos os pontos de vista possíveis a fim de salvar o determinismo da natureza, a invariância das leis e uma descrição completa do universo. Para salvar a esperança da física, rompe com a imagem newtoniana de um tempo e de um espaço absolutos. As leis da natureza se alteram segundo os lugares onde se exercem. Como não são sempre idênticas, devemos relativizar o tempo e o espaço. Neste sentido, a teoria da relatividade não é relativista” (p. 74).

Sendo como for, a alternativa de encontrar a verdade, empreendida por relativistas e racionalistas desde 1970 (quando do confronto entre a filosofia das ciências e a sociologia do conhecimento), aponta para o diálogo. Diálogo, conforme ainda Japiassu, significando:

“o esforço mútuo de chegar, mediante a palavra, a um encontro na verdade. (...) uma discussão construtiva na qual ninguém possui a palavra final, nem tampouco é proprietário exclusivo de princípios intangíveis e acabados, cada ponto de vista devendo ser ultrapassado em direção a outro sempre mais rico e englobante” (Japiassu, 2001, p. 20).

Em concordância com o autor, o que se vislumbra são oportunidades para o diálogo. Aproveitá-las significa ultrapassar as restrições impostas ao pensamento que se deseja crítico e, ao mesmo tempo, livre de um ponto de vista necessariamente dicotômico e avesso ao compartilhamento. A alternativa, portanto, existe e, tudo indica, ela será fruto da construção possível por intermédio do diálogo. Diálogo intermediado por uma ciência tipicamente interdisciplinar: a ciência da informação. Afinal, vão-se umas poucas dúvidas, persistem muitas e surgem outras.

Caberia agora, feitas algumas reflexões, retomar: qual perspectiva (racionalista ou relativista) revela-se, explícita ou implicitamente, condizente com o exercício científico empreendido até aqui pela ciência da informação? Qual delas se prestaria a fundamentar teoricamente, com o rigor acadêmico esperado, a ciência da informação? Seus fundamentos têm caráter pautado mais pela explicação (objetivista) ou pela compreensão (subjativista)?¹⁶ Mais especificamente: os estudos empreendidos até aqui pela ciência da informação evocaram uma prática para explicar os fenômenos estudados, sustentados mais pelo isolamento dos elos relacionais (recorte), enaltecendo os meios utilizados para estudá-los, ou mais pela preservação desses elos, isto é, das relações do objeto de estudo com seu meio, seus fins, o porquê e a quem se destinam tais estudos?

As questões são muitas, sugerem pesquisas adicionais, que alteram as perguntas iniciais, que modificam as respostas, que, por sua vez, geram novos questionamentos... É circular, é próprio da dinamicidade, da complexidade.

¹⁶ Como já se deixou notar anteriormente, “*Explica-se quando se isolam as causas e razões de um fenômeno, de um fato ou de uma decisão e quando se verificam hipóteses. (...) A compreensão está no cerne das Ciências Sociais e, em particular, na perspectiva subjativista...*” (Chanlat, 2000, p. 25).

Por isso, não é o caso de respondê-las de forma definitiva - o que seria ingenuidade até que justificável nos casos de espíritos científicos em formação, mas é o caso sim de, ao menos, tatear as prováveis respostas e deixá-las registradas como um indicativo da necessidade de empreender pesquisas adicionais e prestar, assim, alguma contribuição, residual que seja.

De qualquer modo, com vistas a contribuir para essa discussão, partindo-se da sociologia do conhecimento (SC), cuja tarefa é investigar a maneira pela qual a realidade *suis generis* é construída, o fundamento da ciência da informação seria de cunho enfaticamente relativista. Pois, com base em Berger e Luckmann (2001), compreende-se que a realidade é construída socialmente, que a realidade independe de nossa vontade, que os fenômenos são reais e possuem características específicas. De acordo com esses autores, realidade e conhecimento referem-se a contextos sociais específicos, pois,

“na medida em que todo ‘conhecimento’ humano desenvolve-se e mantém-se em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que uma ‘realidade’ admitida como certa solidifica-se para o homem da rua. (...) defendemos o ponto de vista que a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade” (p. 14).

Portanto, considerando essa perspectiva relativista, supostamente bem representada pelas concepções desses autores, seria inconcebível, adotando uma posição de simplificação na construção do conhecimento, nos moldes estabelecidos aqui, encontrar respostas absolutamente certas para questões típicas de uma ciência fundamentada pela complexidade social, da vida dinamicamente vivida. Exatamente porque seria inadmissível examinar cientificamente dado aspecto da realidade de um *monge tibetano*, com um ponto de vista de um *homem de negócios americano* (ou vice-versa), para usar imagens utilizadas por Berger e Luckmann citados. O observador não estaria agindo devidamente, pelo menos com a devida consistência científica emprestada pela perspectiva relativista, ao abstrair a realidade do primeiro e estudar um dado fenômeno daquela origem com um ponto de vista do segundo (do *homem americano*), por exemplo. Ou, ainda, utilizando-se de um laboratório capaz de permitir o controle absoluto, inclusive de variáveis sociológicas tipicamente independentes, como já se expôs. Tais práticas transfigurariam a unidade de análise, cujas relações guardam fortes aspectos de reflexividade¹⁷.

O racionalismo, como visto, admite a razão universal. Seus adeptos defendem, portanto, que a prova deve impor-se por si mesma. Assim, quando o consenso não é obtido, deve-se buscar a causa de seu insucesso na falta de informações suficientes e nos preconceitos ideológicos. O consenso justificaria-se pelo valor empírico-lógico da prova e o não-consenso por fatores exteriores, isto é, psicológicos e sociológicos (Japiassu, 2001).

Informação insuficiente, uma questão mais quantitativa do que qualitativa, e preconceitos ideológicos, uma questão mais de poder do que de cultura. Para o racionalismo, atendida a exigência de ordem quantitativa e eliminado o preconceito de natureza ideológica, seria obtido o êxito. De outro modo, em forma de questão: reduzindo a importância da qualidade e da cultura, seria possível obter consenso e, por consequência, sucesso? Talvez sim, nos casos em que o estudo empreendido e sua finalidade não venham a depender de aspectos sociais (qualitativos e culturais) para serem desenvolvidos. Talvez sim, no caso de não se considerar o interesse social nem o homem como destinatário/beneficiário maior dos produtos do conhecimento.

No caso da ciência da informação, quais são os estudos empreendidos?

¹⁷ Reflexividade aqui vista como explica Giddens (1991, p. 46): “a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada, pois estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado”.

Eles dependem de aspectos qualitativos, culturais, e, por isso mesmo, relacionais, para permitir alcançar o êxito na compreensão do que foi pesquisado pelos profissionais da informação? A quem se destina o conhecimento produzido por tais estudos? Quem necessita de informação? Esse alguém requer qualidade? Quem oferece informação? Esse alguém leva em conta a cultura do usuário? Basta oferecer quantidade? Qual a finalidade de estudar a informação?

Mesmo que a experiência acumulada na prática desse campo do conhecimento ainda não tenha se revelado suficiente para criar leis e, portanto, segundo os defensores do cientificismo, provado ser uma ciência, não é o caso de diminuir-lhe a importância. Pois, há que se admitir também, como fez Bachelard citado por Japiassu (2001, p. 73), numa perspectiva ampliada, que é cabível crítica a *“este racionalismo fixista que formula as condições de um consenso dos homens de todos os países e de todos os tempos diante de qualquer experiência”*. Portanto, verificar, criar leis, teorias, disciplinas, não significa tanto tornar verdadeiro, mas tornar partilhável, socializar.

Para tanto, é imprescindível empregar uma perspectiva complementar. Pois, de acordo com os aspectos que se estudam, psicológicos, sociológicos, econômicos, administrativos, dentre outros, leva-se em conta certos elementos particulares e não outros igualmente importantes. Nesse sentido, para apreender a realidade estudada, com êxito, é preciso estudar diferentes aspectos e elementos, empregar várias explicações. E é exatamente por isso que se torna oportuno citar uma passagem de Braudel, encontrada em Chanlat (2000, p. 65): *“qualquer que seja sua idade (ou seu sucesso), todas as ciências humanas são ‘encruzilhadas’ ou, se se prefere, pontos de vista diferentes sobre o mesmo conjunto de realidades sociais e humanas”*.

Considerações finais

Pelo exposto, não é seguro afirmar se a perspectiva encerrada no termo racionalismo, seus princípios e sua prática comum, é a mais indicada para fundamentar o campo de conhecimento da ciência da informação, uma área ainda em formação, *a priori*, sem as devidas investigações adicionais sugeridas, tampouco sem conhecer o tema e respectiva unidade de análise, que pode variar mais ainda numa área do conhecimento como essa, tipicamente interdisciplinar.

O que se pôde notar, entretanto, é que a disjunção, ao causar rompimento das relações presentes em uma certa unidade de análise, não teria grande poder explicativo (inquestionável) para a ciência da informação, se, de fato, esta ciência prioriza relações reflexivas do objeto de estudo como forma de compreendê-lo satisfatoriamente, conforme se tende a acreditar. O método que preserva essas características propicia melhor condição de compreensão para os que praticam uma ciência fortemente assentada na posição relativista, que se admite priorizar aspectos culturais, sociais e que enfatiza a qualidade, ao menos relativamente, mais do que a idéia de quantidade e sua maximização. Em outros termos, que prioriza o ponto de vista do usuário da informação.

Mas, essa concepção não faz crer razoável rejeitar a proposição racional, inclusive porque um dado tema em estudo pode perfeitamente justificar o isolamento das variáveis, uso de laboratório etc. Claro, desde que elas sejam passíveis de manipulação e requeiram ser controláveis em dado contexto, o que vai depender do que se está estudando, do porquê e do para quem.

De um jeito ou de outro, o que importa é desempenhar a tarefa de

“ampliar nossa razão para torná-la capaz de compreender aquilo que, em nós e nos outros, precede e excede a razão” (Merleau-Ponty, In: Japiassu, 2001, p. 87). O fato de não ser mais o caso de submeter-se à racionalidade técnica na contemporaneidade, tanto como antes, não implica adesão imediata às teses relativistas. Muito porque “a nova sociologia das ciências soube levantar as boas questões. Mas nem sempre soube fornecer as boas respostas” (p. 86).

Information science and interthematic dialog opportunity: where not everything is relative and not (absolutely) rational

A reflection on the opportunity of a dialogue between information science and other areas of contemporary knowledge. Whether the latter be transitory, revolutionary or neither, they suggest a further possibility to put forward and respond questions which call for the intervention of information science, a field in constant formation that shares the same objects of study with other disciplines and presents itself in a favorable position to promote this dialogue.

Keywords: Information science - Epistemology; Information science - Transdisciplinarity

Refêrencias

- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, A. de A. Perspectivas da ciência da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n.2, p.155-166, jul./dez. 1997.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHANLAT, J. F. *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHRISTOVÃO, H.T.; BRAGA, G. M. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural (sobre ciência e seu público, de Lea Velho: um ponto de vista da ciência da informação). *Transinformação*, Campinas, v.9, n.3, p.33-45, set./dez. 1997.
- DIAS, E. J. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.5, n. especial, p.67-80, jan./jun. 2000.
- JAPIASSU, H. *Nem tudo é relativo: a questão da verdade*. São Paulo: Letras & Letras, 2001.
- KHUN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Cortez, 2001.
- PERROW, C. *Análise organizacional: um enfoque sociológico*. São Paulo: Atlas, 1972.
- ROSA, S. S. da. *Construtivismo e mudança*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SCHNITMAN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (Org.). *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- SILVA, J. G. e. *Ciência da informação: uma ciência do paradigma emergente*. Rio de Janeiro: IBICT, 1999.
- WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, Oxford, v.29, n.2, p.229-239, 1993.